

Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

O EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, EXAROU NO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES – SEI, NA DATA DE 19/09/2023, A SEGUINTE DECISÃO:

SEI Nº 00029206-24.2023.8.17.8017

INTERESSADA: Exma. Sra. Juíza de Direito Maria Valéria Silva Santos de Melo

ASSUNTO: Abono de Permanência

Decisão

Trata-se de procedimento administrativo instaurado pela Exma. Sra. Juíza de Direito Maria Valéria Silva Santos de Melo, inscrita nos assentos funcionais sob a matrícula nº 176.825-5, em que requer **a concessão do abono de permanência a partir de 26/08/2023** (ID 2202339).

Foi expedida Certidão de Tempo de Serviço pela Secretaria Judiciária (Id 2247077).

Após a análise da matéria, a Consultoria Jurídica exarou o Parecer de Id 2258367, opinando pela concessão do benefício em referência, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional 47/2005, uma vez que o marco temporal para a concessão da aposentadoria e, via de consequência, do abono de permanência foi atingido em **26/08/2023**, sendo esta data o norte do direito em questão.

Ao tempo em que aprovo, por seus próprios e jurídicos fundamentos, o Parecer da Consultoria Jurídica, acolho a proposição nele contida para **deferir** o pedido para os fins e nos limites do supracitado opinativo.

Publique-se. Cumpra-se.

Recife, 19 de setembro de 2023.

Desembargador Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco

Comissão do Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Substituto

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

EDITAL Nº 001/2022 – PROGRAMA ESPECÍFICO DA PROVA ORAL E COMISSÃO EXAMINADORA

O Presidente da Comissão do Concurso Público, Desembargador Frederico Ricardo de Almeida Neves, em observância ao disposto no subitem 14.2 do Edital nº 001/2022-TJPE (Edital de Abertura), torna público o conteúdo programático específico da prova oral, assim como a Comissão Examinadora.

COMISSÃO EXAMINADORA

- Desembargadora Andréa Cunha Esmeraldo

- Desembargador André Gustavo Corrêa de Andrade
- Desembargador Guilherme Couto de Castro
- Desembargadora Teresa de Andrade Castro Neves
- Desembargador Ricardo Couto de Castro – suplente
- Juiz Vlamir Costa Magalhães – suplente
- Juiz Fábio César dos Santos Oliveira – suplente

PROGRAMA ESPECÍFICO DA PROVA ORAL

Ponto 1

Das pessoas naturais. Das pessoas jurídicas. Direitos da personalidade. Desconsideração da personalidade jurídica. Do domicílio.

- Da ação. Natureza jurídica. Princípios. Elementos identificadores. Condições. Legitimação. Classificação. Métodos alternativos de solução de litígios. Ação popular. Execução contra Fazenda Pública.
- Princípios e conceitos gerais do Código de Defesa do Consumidor e campo de aplicação. Código Civil e CODECON. Pontos de divergência e convergência. Valores e princípios que regem os direitos das crianças e dos adolescentes. Direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.
- Finalidades do Direito Penal. Justiça Criminal Consensual. Princípio da reserva legal. Do Crime. Execução Penal. - Princípios Fundamentais do Processo Penal. Lei nº 9.099/95 – Juizados Especiais. Lei nº 7.210/84 – Execução Penal. - Poder constituinte originário, derivado e decorrente.
- Princípios de direito eleitoral.
- O Direito de empresa no Código Civil. Perfis da empresa. Limites ao exercício da empresa. Títulos de crédito. Características e atributos. Classificação. Sociedades. Propriedade industrial.
- Poder de tributar e competência tributária. Imposto sobre serviços de qualquer natureza – perfil do tributo.
- Função administrativa. Atos administrativos. Princípios reitores da Administração. Servidores públicos.
- A Constituição e o Meio Ambiente. Ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental.
- Direitos e deveres funcionais da magistratura.

Ponto 2

Locação em geral. Locação e Lei nº 8.245/90. Do comodato e do mútuo. Da prestação de serviço. Da empreitada.

Normas processuais civis. Aplicação da lei processual civil no tempo e no espaço. Direito Processual Constitucional. Ações Constitucionais.

Consumidor e fornecedor. Conceitos e correntes. Boa fé objetiva dentro da sociedade de consumo. Teorias. Do princípio da informação. - Dos Direitos Fundamentais. Direito à vida. Proteção do nascituro. Direito à educação e cultura. Direito à saúde. Direito à inclusão. Crimes e infrações contra crianças e adolescentes. Aspectos: Constitucional, Legal e jurisprudencial.

Ação Coletiva. Condições e Pressupostos. - Aplicação da lei penal. Concurso de pessoas. Autoria e participação. Da organização criminosa. - Lei processual no espaço e no tempo. Interpretação da lei processual penal. Lei nº 12.850/13 – Organização Criminosa.

Organização do Estado Brasileiro. Partidos políticos.

- Sociedades empresárias. Tipos. Elementos. Classificação. Títulos de crédito. - Competência tributária estadual. Processo judicial tributário: medidas cautelares. Dívida ativa. - Poderes Administrativos. Poder Regulamentar, Disciplinar, Hierárquico e de Polícia.

Desapropriação. Imposição de restrições e limitações à propriedade.

Federalismo e Meio Ambiente. Sistemas de competência dos Entes Federados.

- Sistemas de controle interno do Poder Judiciário. Corregedorias. Conselho Nacional de Justiça.

Ponto 3

Dos fatos jurídicos. Do negócio jurídico. Dos atos jurídicos lícitos e ilícitos. Da prescrição e decadência.

Da prova. - Do litisconsórcio e da Assistência, do Ministério Público e as Modalidades de Intervenção de Terceiros. Ação por ato de improbidade administrativa. Competência: organização e Divisão Judiciárias do Estado de Pernambuco.

- Relações de Consumo. Contratos de longa duração. Vulnerabilidade. Características e diferenciações. - Do Poder Familiar. Direitos. Deveres. Parentesco. Aspectos: Constitucional, Legal e Jurisprudencial. - Legitimidade para a Ação Coletiva. - Do Crime. Excludentes de ilicitude e de culpabilidade. Consentimento do ofendido. Medidas de segurança. Ação Penal. - Investigação Criminal. Lei nº 9.296/96 – Interceptação Telefônica. Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e Adolescente.

- Os mecanismos de participação do cidadão, do povo e da sociedade na vida política e administrativa brasileira dispostos na Constituição Federal de 1988. - Elegibilidade.

- Sociedades por ações. Espécies. Sociedade Anônima. Características. Falência e Recuperação de empresas. - Princípios tributários da legalidade e seletividade. Competência tributária municipal.

Serviços Públicos. Delegação: concessão, permissão e autorização. Extinção dos atos administrativos. Responsabilidade civil da administração. Princípios constitucionais ambientais. Princípio da solidariedade intergeracional. Princípio do desenvolvimento sustentável. Princípio do poluidor-pagador. Princípio da função socioambiental da propriedade. Princípio da prevenção. Princípio da precaução. Princípio da participação. Princípio da informação ambiental. Princípio da ubiquidade. Princípio da moralidade e o meio ambiente. Princípios ambientais implícitos.

- Direito da antidiscriminação. Racismo, sexismo, intolerância religiosa.

Ponto 4

-Responsabilidade civil. Pressupostos. Causalidade. Responsabilidade objetiva e responsabilidade subjetiva. Dano material. Dano moral. Indenização.

- Competência. Das causas de modificações da competência. Conexão, continência e prevenção. Poderes e deveres do Juiz. Causas de impedimento e suspeição. Mandado de segurança. Execução de obrigação pecuniária: fase expropriatória.

- Fato e vício do produto e do serviço. Responsabilidade do fornecedor. Prescrição e decadência.

- Da família substituta. Adoção, guarda e tutela. Abrigo e alternativas ao acolhimento familiar. Aspectos: Constitucional, Legal e Jurisprudencial.

- Ação civil pública e seu objeto.

- Crimes contra a pessoa. Elemento subjetivo. Erro de tipo e erro de proibição. Extinção da punibilidade.

- Princípios fundamentais do Processo Penal. Sentença penal. Procedimento especial do Tribunal do Júri.

- Controle da constitucionalidade das leis e atos normativos federais, estaduais e municipais em relação à Constituição da República Federativa do Brasil.

- Ação de impugnação de registro de candidatura.

- Falência. Princípios. Pressupostos. Caracterização. Efeitos. Acordo de acionistas. Acionista controlador. Abuso do poder de controle. Títulos emitidos pelas sociedades anônimas. Títulos de crédito.

- Princípio da irretroatividade e da anterioridade da lei tributária. Processo administrativo tributário.

- Descentralização administrativa. Outorga. Administração Indireta.

- Deveres genéricos e específicos do Poder Público em relação ao meio ambiente. Competências administrativa, legislativa e jurisdicional em matéria ambiental.

- Transformação digital do direito. LGPD e proteção de dados.

Ponto 5

- Do direito das obrigações. Modalidades das obrigações. Da transmissão das obrigações. Do adimplemento e extinção das obrigações. Do inadimplemento das obrigações.

- Atos processuais. Comunicação dos atos processuais. Forma dos atos processuais e sua validade. Formação, suspensão e extinção do processo. Fase de cumprimento de sentença. Execução de obrigação de fazer e não fazer.

- Cláusulas e práticas comerciais abusivas, interpretação e abrangência. Oferta e publicidade. Revisão contratual.

- A Justiça da Infância e Adolescência. Ato infracional. Medidas e garantias.

Prevenções. Formas de controle, inclusive perante as entidades de atendimento. O Conselho Tutelar. Aspectos: Constitucional, Legal e Jurisprudencial.

- Sentença e Coisa Julgada nas Ações Coletivas.

- Crimes contra a administração pública. Crimes de licitações. Concurso de pessoas. Responsabilidade penal da pessoa jurídica.

- Sentença penal. Efeitos da condenação. Jurisdição. Competência criminal. Nulidades.

- Controle da constitucionalidade das leis e atos normativos federais, estaduais e municipais em relação às Constituições Estaduais.

- Eleitoral: abuso de poder econômico e político.

- Efeitos jurídicos da sentença de falência. Dissolução, liquidação e extinção das sociedades. Modalidades de dissolução e de liquidação. Sociedades Empresárias.

- Princípios tributários de vedação ao confisco e da livre circulação. Imposto sobre a transmissão causa mortis e sobre doações. Precatórios nas relações tributárias.

- Agências Reguladoras. Intervenção do Estado na propriedade.

- A comunidade e a tutela do ambiente. Política Nacional de Educação Ambiental. Participação popular na política pública ambiental. Participação popular na administração, no Parlamento e no Judiciário.

- O Código de Ética da Magistratura.

Ponto 6

- Dos contratos em geral. Do depósito. Do mandato. Da corretagem. Do transporte. Do seguro. Da fiança.
- Processo e procedimento. Das provas. Arguição de falsidade. Ação por ato de improbidade administrativa. Tutela de urgência e tutela de evidência. Execução de obrigação de dar.
- Desconsideração da personalidade na Lei nº 8.078/90. Semelhanças e/ou diferenciações entre as disposições do Código de Defesa do Consumidor e do Código Civil. Publicidade no Código de Defesa do Consumidor
- Valores e princípios que regem os direitos das crianças e dos adolescentes.
- Trilogia da proteção integral. Aspectos: constitucional, legal e jurisprudencial.
- Dano moral coletivo.
- Concurso de crimes. Extinção da punibilidade. Crimes contra o patrimônio.
- Princípios Fundamentais do Processo Penal. Prova Penal. Ação penal e comunicação dos atos Processuais.
- Arguição de inconstitucionalidade no Estado de Pernambuco.
- Financiamento de campanha eleitoral. Propaganda político-eleitoral.
- Sociedades. Títulos de Crédito. Características. Requisitos essenciais. Recuperação de empresas. Propriedade Industrial.
- Princípio da igualdade tributária e subprincípios derivados. Imposto sobre a propriedade de veículos automotores. Certidões negativas.
- Controle da Administração. Controle interno e controle externo. Tribunais de Contas.
- Responsabilidade Administrativa Ambiental. Responsabilidade Civil e responsabilidade Penal Ambiental. Dano e reparação.
- Independência do Juiz. Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco.

Ponto 7

- Da compra e venda. Da venda com reserva de domínio. Da doação. Arrendamento Mercantil.
- Da sentença e da coisa julgada. Efeitos da sentença e da coisa julgada. Limites subjetivos e objetivos. Ação rescisória. Reclamação. Liquidação de Sentença e Execução nas ações coletivas. Legitimidade.
- Teorias de confiança, da vontade e da declaração. Aplicação aos contratos de consumo. Termo de ajustamento de conduta e convenção coletiva de consumo.
- Dos Direitos Fundamentais. Direito à vida. Proteção do nascituro. Direito à educação e cultura. Direito à saúde. Direito à inclusão. Crimes e infrações contra crianças e - Prisão – Medidas cautelares e liberdade provisória. Nulidades. Lei nº 11.340/06 - Maria da Penha
- Processo legislativo e espécies normativas.
- Princípios Fundamentais do Direito Penal. Aplicação da lei penal no tempo e no espaço. Dos crimes contra a fé pública. Execução penal. Reforma do Processo Penal (Pacto Anticrime – Lei nº 13.964/2019)
- Justiça Eleitoral. Juízes, Tribunal Regional e Tribunal Superior.
- Ineficácia dos atos praticados pelo devedor antes da falência. Atos revogáveis. Ação Revocatória. Regência supletiva pelas normas da sociedade simples. Aplicação das normas da sociedade anônima à sociedade limitada. Promissória. Letra de Câmbio. Duplicata. Sociedades.
- Limitações ao poder de tributar. Princípio da capacidade contributiva e seus corolários. ICMS.
- Garantias dos administrados. Exercício administrativo e exercício judicial: mandado de segurança, ação popular, habeas data e mandado de injunção.
- Patrimônio ambiental natural. Ar, Água, Solo, Flora, Fauna, Patrimônio ambiental cultural. Patrimônio ambiental artificial. Patrimônio genético, biotecnologia e biossegurança.
- Estatuto da Magistratura Nacional.

Ponto 8

- Do condomínio. Do condomínio edilício. Da propriedade resolúvel. Da propriedade fiduciária.
- Execução de título extrajudicial. Ação Anulatória. Ação Rescisória. *Querela nullitatis*. Coisa julgada nas ações coletivas.
- Superendividamento. Defesa do consumidor em juízo. Prova. Inversão do ônus probatório. Ações coletivas no Código de Defesa do Consumidor.
- Do Poder Familiar. Direitos. Deveres. Parentesco. Aspectos: Constitucional, Legal e Jurisprudencial.
- O Papel do Ministério Público na Tutela Coletiva. Inquérito Civil
- Juizados Especiais Criminais. Das penas. Medidas despenalizadoras. Lei nº 11.343/06. Teoria das Circunstâncias.
- Sentença penal. Dosimetria. Sujeitos do processo.

- Direitos humanos.
- Recurso contra expedição de diploma.
- Dos efeitos jurídicos da sentença de falência. Habilitação, verificação e classificação dos créditos. Créditos não sujeitos à habilitação. Habilitação retardatária. Quadro geral de credores. A responsabilidade do sócio que se retira ou é excluído. Apuração de haveres. Cheque. Endosso e aval. Títulos emitidos pelas sociedades anônimas.
- Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana. Processo judicial tributário.
- Ação de improbidade. Ação civil pública. Princípios administrativos. Agentes públicos.
- Licenciamento ambiental. Estudo prévio de impacto ambiental. EIA/RIMA.
- Infrações por parte de magistrado. Sanções.

Ponto 9

- Dos atos unilaterais. Da promessa de recompensa. Do pagamento indevido. Do enriquecimento sem causa. Estatuto da pessoa com deficiência.
- Da liquidação de sentença. Execução. Da impugnação e dos embargos à execução. Espécies de execução. Do precatório.
- Direito do consumidor: disposições gerais. Direitos básicos do consumidor. Qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação de danos.
- Da família substituta. Adoção, guarda e tutela. Abrigo e alternativas ao acolhimento familiar. Aspectos: Constitucional, Legal e Jurisprudencial.
- A Tutela do Meio Ambiente.
- Das Penas. Medidas de segurança. Crimes contra a dignidade sexual.
- Procedimento comum e ordinário. Lei nº 11.343/06 – Drogas. Questões e processos incidentes. Interceptação telefônica (Lei nº 9.296/1996).
- Direitos fundamentais explícitos e implícitos. - AIJE por abuso de poder.
- A liquidação na falência. Encerramento da falência e extinção das obrigações do falido. Sociedade. Propriedade Industrial.
- Vigência e aplicação da lei tributária. Execução fiscal.
- Responsabilidade civil do Estado. Intervenção no domínio econômico. Previdência social. Proventos. Pensão.
- Poluição da água. Poluição Atmosférica. Poluição Visual. Poluição por resíduos sólidos. Poluição por atividades nucleares. Agrotóxicos.
- O magistrado diante de precedentes, estabilidade da jurisprudência e da segurança jurídica.

Ponto 10

- Usufruto, uso e habitação. Direito de superfície. Loteamento. Incorporação imobiliária.
- Dos recursos. Incidentes de uniformização de jurisprudência e criação de precedentes. Incidente de declaração de inconstitucionalidade. A tutela coletiva do consumidor.
- Fato e vício do produto e do serviço. Responsabilidade do fornecedor. Prescrição e decadência.
- A Justiça da Infância e Adolescência. Ato infracional. Medidas e garantias. Prevenções. Formas de controle, inclusive perante as entidades de atendimento. O Conselho Tutelar. Aspectos: Constitucional, Legal e Jurisprudencial.
- Crimes contra a dignidade sexual. Elemento subjetivo. Aplicação da lei penal. Medidas de segurança.
- Sentença Penal. Lei nº 11.343/06 – Drogas. Prova Penal.
- Garantias ativas e passivas dos direitos fundamentais.
- Eleitoral – inelegibilidades.
- Recuperação judicial da empresa. Títulos de Crédito. Sociedades. Falência. Propriedade Industrial.
- Imposto sobre a transmissão onerosa de bens imóveis. Execução contra a Fazenda Pública.
- Procedimento administrativo. Prescrição e decadência. Autotutela. Atos nulos e atos anuláveis. Sanatória.
- Responsabilidade Ambiental. Sanções ambientais. Lei Federal 9.605/98.
- Equidade, direito e moral.

Ponto 11

- Direito do idoso. Direito autoral. Registros Públicos.
- Da tutela cautelar. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária e contenciosa. Ação de Consignação em pagamento. Ação de depósito e ação de prestação de contas.
- Teorias da confiança, da vontade e da declaração. Proteção do Consumidor dentro e fora da Lei nº 8.078/90. Reflexos nas relações contratuais. Diferenciações entre as disposições do Código de Defesa do Consumidor e do Código Civil.
- Valores e princípios que regem os direitos das crianças e dos adolescentes.
- Trilogia da proteção integral. Aspectos: constitucional, legal e jurisprudencial.
- A Tutela Coletiva de Urgência
- Princípios Fundamentais do Direito Penal. Concurso de crimes. Juizados Especiais Criminais. Lei nº 11.343/06.
- Competência criminal. Recursos. Ações autônomas de impugnação. Lei nº 11.340/06 – Maria da Penha.
- Direitos da cidadania. Ação por captação ilícita de sufrágio.
- Recuperação judicial e extrajudicial. Concorrência desleal. Duplicata mercantil. Títulos emitidos pelas sociedades anônimas. Sociedades.
- Obrigação tributária: sujeição ativa e passiva. ICMS - não-cumulatividade. Conflito ICMS x ISS.
- Classificação dos cargos públicos. Transformação e extinção. Criação de cargos.
- Atos punitivos. Processo e regime disciplinar do servidor público. Princípios reitores. Responsabilidade civil do agente público.
- Ética Ambiental. Fundamento constitucional. Ecologia ou Antropologia. Estado Constitucional Ecológico. A Ética e o ambiente natural, cultural e artificial. A ética ambiental e o Estatuto da Cidade.
- Estatuto da Magistratura Nacional.

Ponto 12

- Do direito das coisas. Da posse. Da propriedade. A garantia do direito de propriedade em relação com sua função social e ambiental. Dos direitos de vizinhança.
- Ações possessórias. Ação de nunciação de obra nova. Ação de usucapião. Do inventário e partilha. Ação de busca e apreensão de bens dados em alienação fiduciária. Ações no âmbito do Direito de Família.
- Cláusulas e práticas abusivas. Práticas abusivas comerciais e produtivas. Mecanismos para seu reconhecimento.
- Dos Direitos Fundamentais. Direito à vida. Proteção do nascituro. Direito à educação e cultura. Direito à saúde. Direito à inclusão. Crimes e infrações contra crianças e adolescentes. Aspectos: Constitucional, Legal e jurisprudencial.
- A Tutela de bens de direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
- Execução Penal. Do Inquérito Policial. Ação Penal. Da organização criminosa.
- Princípios fundamentais do Processo Penal. Recursos. Ações autônomas de impugnação.
- Intervenção Federal e intervenção Estadual.
- Eleitoral. Ação por conduta vedada a agentes públicos.
- Contrato de transporte. Propriedade Industrial. Sociedades. Títulos de Crédito.
- Responsabilidade tributária dos sucessores e de terceiros por infrações. Execução fiscal: defesa do executado e de terceiro. Exceções na execução fiscal.
- Limitações e restrições administrativas. Bens públicos. Características. Espécies. Formas de uso. Uso de bem público por particulares. Alienação.
- Tutela Extrajudicial do Meio Ambiente. Tutela judicial do Meio Ambiente: ação civil pública, ação popular, ação objetivando obrigação de não fazer ou demolitória. Mandado de Segurança Coletivo. Mandado de Injunção Ambiental. Prescrição.
- Relacionamento do magistrado com a sociedade e com a mídia.

Ponto 13

- Das servidões. Do compromisso de compra e venda. Garantias de dívidas: penhor e hipoteca.
- Embargos de terceiros. Ação monitória. Ação de alimentos. Arbitragem. Sistema do Juizado Especial Cível – princípios informadores.
- Vantagem manifestamente excessiva. Conceituação. Parâmetros. Reflexos em sistema de contratação massificada. Valoração e aferição.
- Do Poder Familiar. Direitos. Deveres. Parentesco. Aspectos: Constitucional, Legal e Jurisprudencial.
- Tutela coletiva e responsabilidade civil.
- Legalidade e reserva legal no direito penal. Crime Lei nº 11.343/06. Juizados Especiais Criminais. Prisão – Medidas cautelares e liberdade provisória. Lei nº 9.099/95 – Lei nº 11.340/06 – Maria da Penha. Crimes na Lei n. 10.741/03 e na Lei n. 8.069/90.
- Princípios constitucionais da Administração Pública.

- Ação de impugnação de mandato eletivo.
- Sociedade limitada. Conhecimento de frete ou de transporte. Títulos de Crédito. Falência e Recuperação de empresas.
- Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Garantias e privilégios da Fazenda Pública. Taxa judiciária, custas e emolumentos.
- Improbidade administrativa. Advento da Lei nº 14.230/21.
- Política Ambiental e Urbanismo.
- O conceito de Justiça.

Ponto 14

- Do direito de família. Da eficácia do casamento. Da dissolução da sociedade e do vínculo conjugal. Da proteção da pessoa dos filhos. Das relações de parentesco. Da filiação. Do reconhecimento dos filhos. Do poder familiar: disposições gerais, exercício, suspensão e extinção. Do regime de bens entre os cônjuges. Alimentos. União estável.
- Juizados Especiais Cíveis e da Fazenda Pública. Competência. O sistema recursal. Acesso aos Tribunais Superiores. Coisa julgada e formas de impugnação. Reclamação.
- Código de Defesa do Consumidor e do Código Civil. Vantagem manifestamente excessiva. Lesão. Nulidade. Anulabilidade. Reflexos contratuais.
- Da família substituta. Adoção, guarda e tutela. Abrigo e alternativas ao acolhimento familiar. Aspectos: Constitucional, Legal e Jurisprudencial.
- A Tutela da honra e da dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos.
- Das Penas. Crimes contra o patrimônio. Extinção da punibilidade.
- Sentença penal. Prova. Procedimento comum, ordinário, comum sumário e procedimentos especiais.
- Princípios constitucionais da ordem econômica.
- Inelegibilidades constitucionais.
- Dissolução, liquidação e extinção da sociedade. Doutrina da desconsideração da pessoa jurídica. Conhecimento de depósito e warrant. Títulos de Crédito. Sociedade Anônima.
- Conflito IPTU x ITR. Processo judicial tributário: mandado de segurança. Decadência e prescrição do crédito tributário.
- Atos administrativos. Contratos administrativos.
- Política ambiental na Constituição Federal
- Carreira da magistratura. Ingresso. Promoção. Remoção.

Ponto 15

- Do direito das Sucessões. Sucessão legítima. Sucessão testamentária. Do inventário e da partilha.
- Procedimentos especiais não previstos no CPC. Ações locatícias. Ação de desapropriação. Execução Fiscal. Processo de conhecimento: fase de saneamento.
- Proteção contratual no Código de Defesa do Consumidor. Cláusulas abusivas. Contratos de adesão.
- A Justiça da Infância e Adolescência. Ato infracional. Medidas e garantias. Prevenções. Formas de controle, inclusive perante as entidades de atendimento. O Conselho Tutelar. Aspectos: Constitucional, Legal e Jurisprudencial.
- Tutela coletiva da ordem econômica, urbanística e para defesa do patrimônio público e social.
- Do crime. Crimes contra a pessoa. Medidas de segurança. Extinção da punibilidade.
- Prisão – Medidas cautelares e liberdade provisória. Questões e processos incidentes. Sentença penal – Recursos.
- Organização do Poder Judiciário na Constituição Federal de 1988.
- Inelegibilidades infraconstitucionais ou legais.
- Sociedade Anônima. Processo Falimentar. Títulos de Crédito. Propriedade Industrial.
- Isenções, não-incidência, alíquota zero, imunidades. Processo judicial tributário: repetição do indébito e compensação.
- Atos vinculados e discricionários. Controle externo pelo Judiciário. Mérito. Controle de políticas públicas.
- Natureza pública da proteção ambiental. Tratados Internacionais sobre tema ambiental.